

A INTERNET E A (DES)POLITIZAÇÃO DOS JOVENS BRASILEIROS

Jennifer Azambuja de MORAIS¹
Marcello BAQUERO²

RESUMO: À semelhança do que está acontecendo no mundo, o Brasil está se tornando uma sociedade da informação, onde quase metade da população está conectada na internet. Esses dados proporcionam debates sobre o impacto desta como uma agência relevante de socialização política. Sugere-se, por um lado, que estaria em andamento a estruturação de uma cultura política mais politizada e assertiva, e por outro, argumenta-se que o impacto tende a ser mais negativo, uma vez que estaria se produzindo intolerância e dogmatismo político entre os jovens. O objetivo deste trabalho é analisar se o uso da internet e suas redes sociais estão afetando as atitudes e os comportamentos políticos dos jovens e que tipo de cultura política está se constituindo. Os dados utilizados para testar a hipótese provêm de pesquisas quantitativas realizadas em três cidades do Sul do Brasil em 2015/2016, com 2035 jovens de 13 a 24 anos, pelo NUPESAL/UFRGS.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Internet. Socialização política. Cultura política.

Introdução

Dados de pesquisas de cultura política indicam, consistentemente, que as chamadas sociedades modernas não têm conseguido estimular os jovens a serem politicamente mais engajados na política. Esses dados apontam, igualmente, um

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutora em Ciência Política pela UFRGS e pós-doutoranda em Ciência Política pela UFRGS. jennifer.amorais@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre – RS – Brasil. Doutor em Ciência Política pela Florida State University, pós-doutorado no Instituto Gino Germani da Universidade de Buenos Aires, Argentina, pós-doutorado na Universidade de Sussex, Inglaterra. Professor convidado do PPG de Ciência Política da UFRGS. nupesal@yahoo.com.

comportamento da juventude de afastamento, decepção e indiferença com a política, os gestores públicos e as instituições políticas. Nessa direção, Resnick e Casale (2013) argumentam que os jovens cidadãos votam em menor proporção em pleitos eleitorais comparados com o resto da população. Tal comportamento tem implicações danosas para o processo de construção democrática de um país, sobretudo em relação à questão da legitimidade e estabilidade política. Quando hábitos e costumes políticos de natureza negativa são naturalizados ao longo do tempo, os jovens que optam por não participar da arena política “delegam” decisões importantes àqueles que têm diferentes interesses e valores.

Por que os jovens brasileiros, segundo dados de pesquisa (LATINOBAROMETRO, 2010; NUPESAL, 2015-2016), continuam a mostrar apatia e indiferença no que diz respeito a participar da vida política institucionalizada, principalmente por meio de partidos políticos e de instituições formais da democracia representativa? A literatura apresenta duas perspectivas para responder a esta questão. Por um lado, pressupõe-se que o acesso à informação política, por parte dos jovens, auxilia a predispor a juventude para um maior engajamento político. Uma segunda vertente teórica sinaliza para o contexto eleitoral e partidário, destacando a importância da eficácia quantitativa política da juventude.

Em relação à primeira abordagem, a questão a ser respondida é: os jovens brasileiros estão informados politicamente para se mobilizarem em defesa dos seus interesses? E a segunda questão é: a internet e as redes sociais ajudam a produzir eficácia política na juventude brasileira quando comparada com as gerações anteriores?

Pensamos que as respostas a estes questionamentos passam por uma compreensão do processo histórico na construção de uma cultura política juvenil no Brasil. Isso direciona a análise para os fatores histórico-estruturais que têm constrangido não só o desenvolvimento democrático do país, mas especialmente o papel dos jovens na política contemporânea. E, um segundo fator se refere ao exame do papel das novas tecnologias de informação e comunicação no processo de construção de jovens cidadãos com eficácia política.

Com base nessas questões, este trabalho problematiza como o uso das novas tecnologias de informação e comunicação (internet e redes sociais) estão afetando a estruturação de atitudes e comportamentos políticos dos jovens e que tipo de cultura política está se constituindo. Abordamos essas questões analisando, em primeiro lugar, os padrões de participação política dos jovens atualmente e comparando com dados de 2002 (na cidade de Porto Alegre) e, num segundo momento, examinando se a internet e suas redes sociais estão impactando na

constituição de uma nova cultura política juvenil. O estudo é de caráter teórico-descritivo. Apesar das recentes mobilizações da juventude, orientadas para reivindicar mais espaços e oportunidades na sociedade brasileira via dispositivos de mídia mais sofisticados, propomos como hipótese de trabalho que tais ocorrências não se constituem em iniciativas de longa duração, sendo, portanto, de caráter conjuntural e episódico, constringendo, desse modo, o surgimento de uma cultura política participativa.

O trabalho está estruturado em três partes, além da introdução. Na segunda parte discutimos a literatura sobre cultura política e participação. Incluímos também, nessa seção, uma análise do papel da internet e das redes sociais no desenvolvimento da eficácia política da juventude brasileira. Na terceira parte, examinamos os padrões de participação política dos jovens. Os dados utilizados para examinar a hipótese proposta provêm da pesquisa “Democracia, mídias e capital social: Um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil”, realizada pelo Núcleo de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL), com 690 jovens na cidade de Porto Alegre/RS (2015), 571 jovens na cidade de Florianópolis/SC (2016) e 774 jovens na cidade de Curitiba/PR (2016), com idade entre 13 e 24 anos, financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento do Brasil (CNPQ).

Está em andamento a institucionalização de uma cultura política digital

Na última década, questionamentos, expectativas e demandas por uma sociedade mais igualitária e inclusiva passaram a ser disseminados por uma nova ferramenta tecnológica de agregação de interesses: a internet, juntamente com as redes sociais. Tal dispositivo, argumenta-se, tem se constituído no espaço ideal para criar identidades coletivas, formar capital social e construir um novo mecanismo de transmissão de demandas entre Estado e sociedade civil. Este canal tem sido utilizado principalmente pela juventude que, descrente das organizações tradicionais de mediação política, passou a buscar novas formas de engajamento político para tentar transformar a sociedade. Esses esforços têm se manifestado na intensificação do interesse dos jovens em fazer parte dessas comunidades virtuais. Quiçá um dos exemplos mais significativos desse tipo de mobilização tenha sido o que se convencionou chamar da “revolução colorida” nos últimos cinco anos e que marcou um conjunto de iniciativas, globalmente, patrocinado pelos jovens e parece ter marcado uma nova forma de participação via redes sociais.

Essas manifestações parecem constituir-se em novos pontos de referência para organizar a participação política dos jovens e revelam uma tendência de

perda de densidade dos veículos tradicionais de representação política – partidos e organizações governamentais – como legítimos interlocutores dos interesses da juventude perante o estado.

Já existe evidência de que os jovens desempenharam papéis significativos em mobilizações políticas. Exemplos recentes daquilo que se convencionou chamar de “epidemia de protestos”, ocorreram no mundo árabe em 2010 e 2011, na Rússia em 2011, na Turquia e no Brasil em 2013 (com a participação de quase três milhões de brasileiros, na sua maioria jovens), e na Venezuela em 2014, constituindo-se num fenômeno de âmbito global sinalizando que no futuro a forma de participação será diferente, embora ainda não se saiba exatamente a direção que ela seguirá. A este respeito, Schmidt e Cohen (2013, p. 63) têm afirmado que “[...] o novo futuro será de movimentos revolucionários na medida em que as tecnologias de comunicação possibilitam novas conexões e geram mais espaço para a expressão [...]” principalmente, nós acrescentamos, para os jovens. Os autores fazem a ressalva, entretanto, que “existirão poucos resultados revolucionários”. Um dos fatores motivadores da onda de protestos dos jovens deriva da hostilidade que demonstram pelas instituições convencionais de mediação política (partidos políticos) e uma crescente desconfiança do mercado e do governo.

O perfil dos jovens que participaram dos protestos nos últimos cinco anos, aponta para uma nova geração de “rebeldes” que desejam expurgar as instituições existentes (KRASSTEV, 2014). Para David Graeber (2013), ativista que ocupou Wall Street, o objetivo dessa mobilização era criar uma crise de legitimidade no sistema dando uma ideia para o mundo do que uma verdadeira democracia deveria ser.

Esses acontecimentos trazem à tona a discussão da relação entre o crescimento individual e um sistema democrático saudável (DEWEY, 1916). Sobre essa questão, o já clássico estudo de Almond e Verba (1965) sobre a construção de uma cultura política democrática mostrava que atitudes democráticas são efetivamente inculcadas e internalizadas pela juventude via educação, em outras palavras, pelo processo de socialização política.

É por meio da socialização política que os jovens internalizam normas, valores e princípios que moldam seu comportamento em relação à política. Por meio da interação do indivíduo com o seu ambiente, seja de maneira indireta ou direta, desenvolve determinados padrões de orientação e participação política (DAWSON; PREWITT; DAWSON, 1977). Assim, os jovens são socializados por uma gama ampla de instituições socializadoras (amigos, colegas, parentes, grupos de referência e, atualmente, a internet), concomitante com sua experi-

ência passada e cotidiana em diferentes contextos e com modalidades distintas de resposta (via mecanismos formais convencionais ou informais, por exemplo, associações comunitárias etc.).

Dessa forma, a socialização é um processo complexo e múltiplo, já que pode ocorrer de forma distinta dependendo do contexto o qual se analisa (HYMAN, 1959). Para Brim (1966), a importância dos papéis que a pessoa adquire ao longo de sua vida derivam do contexto político, econômico e social e das regras e normas que ela internalizou para a estruturação de sua personalidade política.

As novas expectativas e comportamentos que ocorrem a cada novo papel que a pessoa adquire, podem produzir uma reconstrução ou alteração na identidade pessoal do indivíduo (BRIM, 1966). A vida do ser humano em sociedade é permeada não somente pela socialização primária, mas também pela ressocialização. Tal processo, mais complexo do que apenas o aprendizado de valores, implica no estabelecimento de equilíbrio entre valores novos e antigos por meio da substituição e adaptação das normas e valores previamente adquiridos pela pessoa.

Nessa linha de análise, Sigel (1970) argumenta que a pessoa nasce não socializada, portanto é necessário que ela aprenda as normas e leis que regulam uma sociedade. Nesse sentido, a socialização diz respeito ao processo de treino e desenvolvimento individual que conduz a pessoa ao aprendizado de tais valores. É esse processo que proporciona as bases para a estabilidade e sobrevivência de um sistema social e político, pois é ele que molda o engajamento e comportamento dos seus cidadãos.

A este respeito, Easton e Dennis (1970) argumentam que indivíduo cresce observando na prática o funcionamento do governo e comparando-o com uma visão idealizada de como ele deveria ser. Tal comparação contribui para o desenvolvimento ou não da sofisticação política. Assim, o objetivo central dos estudos de socialização política é o de compreender a influência que diferentes agências (econômicas, sociais, culturais e políticas) têm no desenvolvimento de novos padrões atitudinais e comportamentais dos jovens, tendo a educação papel central nesse processo.

Esse ponto de vista é compartilhado por Lipset (1994), para quem a educação tem um efeito positivo no desenvolvimento de uma sociedade democrática e com estabilidade social. Mais recentemente, uma vasta literatura tem sido produzida sobre a qualidade das democracias contemporâneas e o papel do cidadão no processo de construção de novas formas de participação política e a possibilidade de constituição de culturas políticas mais direcionadas para

um envolvimento político mais participativo e eficiente por parte da juventude brasileira.

Ao se discutir o tema da qualidade da democracia no Brasil como indutor de uma nova cultura política é preciso fazer a ressalva de que a concepção de democracia contemporânea vai além da dimensão formal, sendo necessário incluir a dimensão substantiva. O procedimento de incorporar essa dimensão desloca a atenção para o papel do cidadão na sustentação e fortalecimento do sistema democrático. Não é tarefa simples, entretanto, alcançar esse objetivo, pois a sociedade brasileira, apesar de avanços significativos na dimensão procedural da democracia, continua a evidenciar constrangimentos de natureza substantiva que se manifestam nas desigualdades social, política e econômica. Não é por acaso que pesquisas de opinião pública têm mostrado ao longo dos anos uma crescente insatisfação dos jovens com a democracia e o sistema político pela ineficiência em enfrentar os problemas mais estruturais da sociedade.

Nessa perspectiva, torna-se central na discussão sobre cultura política e democracia, entender como os jovens internalizam normas e valores políticos e como esses elementos os ajudam na construção de uma imagem do mundo político e das expectativas que são geradas em relação ao futuro. Conceitos associados à decodificação do mundo político se referem ao grau de informação, nível de engajamento, grau de interesse e eficácia política. Nessa perspectiva, é fundamental tentar desvendar quais as condições que motivam os jovens a formar identidades coletivas que levem à ação na tentativa de construir uma nova cultura política no país.

Tal objetivo deriva de uma aparente transformação que estaria em andamento, de uma cultura política tradicional para uma de natureza assertiva. Dalton e Welzel (2014a) afirmam que, segundo as pesquisas *surveys* feitas nos últimos quarenta anos, os cidadãos presentemente estão desenvolvendo valores mais assertivos e de autoexpressão, contrários aos valores de lealdade e submissão, do modelo de Almond e Verba (1965). Dalton e Welzel (2014b) definem orientações assertivas como uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e expressarem preocupações comuns. Tais valores combinam liberdade, igualdade e visões expressivas, envolvendo uma ênfase nas “liberdades individuais”, na “igualdade de oportunidades” e na “voz do povo” (DALTON; WELZEL, 2014b, p. 138). Essas prioridades tornam as pessoas conscientes dos seus direitos e dos outros e indignadas com as violações desses direitos, criando-se, assim, um estímulo para expressar suas revoltas através da ação coletiva (DALTON; WELZEL, 2014b). O Quadro 1, desenvolvido por Dalton e Welzel (2014b), apresenta a diferença entre valores de lealdade e valores assertivos.

Quadro 1 – Aspectos de cidadania leal e assertiva

Domínio	Cidadãos leais	Cidadãos assertivos
Prioridades de valor	Prioridades dos Outputs (Saída ou Resultados); ênfase na ordem e na segurança; limitação na ênfase da expressão e participação; predominam valores materialistas/protetivos	Prioridades nos Inputs (Entrada ou Processo); ênfase na expressão e na participação; limitação na ênfase na segurança e na ordem; prevalência nos valores pós-materialistas/emanipatórios
Orientações de autoridade	Deferência à autoridade na família, no local de trabalho e na política	Distanciamento da autoridade na família, no local de trabalho e na política
Confiança institucional	Alta confiança nas instituições	Baixa confiança nas instituições
Suporte democrático	Apoio aos princípios da democracia e às suas práticas (democratas satisfeitos)	Forte apoio aos princípios da democracia, mas baixo apoio às suas práticas (democratas insatisfeitos)
Noção de democracia	Mistura de noções voltadas para os inputs (participação) com noções voltadas para os outputs (democracia como uma ferramenta para atingir bens sociais)	Noções de democracia relacionadas aos inputs (participação) se tornam claramente dominantes
Ativismo político	Eleições e outras formas convencionais de atividades legitimadoras	Forte afinidade com atividade não violentas e desafiadoras da elite política estabelecidas
Consequências sistêmicas esperadas	Um governo mais efetivo e responsável?	

Fonte: Dalton e Welzel (2014a, p. II).

A premissa da cultura política assertiva é de que há uma mudança da natureza da cidadania democrática, uma vez que ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos. As evidências demonstram que não só nas democracias estabelecidas, como também nas democracias emergentes, as orientações assertivas estão se tornando realidade (DALTON; WELZEL, 2014b). Portanto, a evolução da cultura política sugere que as orientações democráticas diferem do modelo de cultura cívica de Almond e Verba (1965), levando a uma revitalização da cultura política e a um novo potencial de avanço democrático.

Um dos principais autores que examina essa questão é José Álvaro Moises (2010) que, ao avaliar as contribuições tanto da perspectiva institucional, quanto

da cultura política, conclui que enquanto a dimensão normativa se refere à adesão da democracia como princípio ou valor ideal derivada da cultura política, a dimensão institucional diz respeito à satisfação dos cidadãos com o regime e a confiança que eles depositam nas instituições políticas.

Em primeiro lugar é preciso entender como o processo de construção de uma cultura política se manifesta e quais são as implicações na formação de uma juventude politizada e que contribua para o fortalecimento democrático. Não é o caso de realizar-se aqui uma revisão pormenorizada da teoria da cultura política. Isto já tem sido feito por vários autores (PATEMAN, 1989; BURBANO DE LARA, 2002; BAQUERO, 2011). O aspecto fundamental a ressaltar é que uma cultura política participativa requer cidadãos com eficácia política e predispostos a se envolverem em iniciativas políticas que pressionem o Estado a proporcionar mais e melhores alternativas de oportunidades para um futuro melhor. Na ausência dessas predisposições, o tipo de cultura política que se estrutura caracteriza-se pela desconfiança, passividade e indiferença.

A desconfiança dos jovens em relação à política gera uma ambivalência comportamental que se manifesta nos diferentes níveis de adesão dos cidadãos ao regime. Confiar ou não confiar não se dá dentro de um vazio, mas resulta do tipo de aprendizado que os jovens internalizam sobre a política e suas instituições. Nesse contexto, assumem centralidade elementos históricos e socioculturais. A introdução de estruturas democráticas, por si só, não conduz ao fortalecimento de uma cultura política democrática, mas é o desempenho dessas instituições que catalisam, ou não, a confiança dos jovens, nelas produzindo, ou não, uma cultura política participativa.

Quando a cultura política apresenta uma assimetria entre avanços formais e estagnação política e social, a estrutura democrática se mostra instável, ambivalente e híbrida. Embora tal situação não represente um risco de ruptura institucional ou regressão política, não deixa de ser um aspecto que condiciona a baixa qualidade da democracia no país e compromete sua legitimidade.

Em trabalhos recentes temos argumentado que as instituições não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da democracia (BAQUERO; MORAIS, 2014; BAQUERO; BAQUERO, 2012). É imperativo incorporar na equação democrática o apoio dos indivíduos. Para ilustrar este ponto perguntamos: como poderiam eleições mediadas por partidos, mesmo quando estáveis, mas que não representam o interesse das pessoas, serem consideradas plenamente legítimas? (BAQUERO, 2000; BAQUERO, 2004; BAQUERO, 2011). Argumentamos, portanto, que a compreensão da democracia e a formatação de uma cultura política juvenil precisa ir além da dimensão institucional. Assim,

o desafio do fortalecimento democrático com base numa cultura política participativa juvenil se localiza em três aspectos principais, a saber: 1) como criar as condições necessárias para avançar no processo de democratização por meio de maior coesão social; 2) como construir uma cultura política orientada pela legalidade e responsabilidade para estimular os governos democráticos a realizarem reformas que fomentem o desenvolvimento humano sustentável e 3) como superar os constrangimentos histórico estruturais que limitam o fortalecimento democrático e a construção de uma cultura política participativa, dando destaque à informação e ao conhecimento ou, em outras palavras, à educação. Esses fatores não operam num *vacuum*, mas estão entrelaçados com a história, as instituições e os valores culturais internalizados ao longo do tempo. Assim, assume centralidade a importância de se compreender como se estruturou a cultura política brasileira.

Cultura política brasileira

Contemporaneamente é importante destacar que o país parece estar entrando em um novo ciclo político-histórico no qual novas demandas emergem simultaneamente a questionamentos do modelo formal-procedimental da democracia representativa (BAQUERO, 2011). Tal fenômeno é tributário das características do processo de transição para democracia o qual ocorreu antes da construção de valores democráticos, sobretudo da participação política e do interesse por assuntos políticos. Assim, não se plasmaram:

[...] instituições sólidas congruentes com valores políticos republicanos. O comportamento político continua a ser quase amador e pouco crítico, os partidos políticos sofrem de falta de credibilidade e são considerados pouco representativos e a construção da cidadania é constrangida pela ausência de gestores públicos com capacidade moral e competência. (BAQUERO, 2011, p.26).

Em tais circunstâncias se faz necessário territorializar o conceito original de cultura política para uma análise de países emergentes, como o caso do Brasil (TURNER, 1995; BROW; GRAY, 1979; BAQUERO, 2003, 2007, 2011; SOUZA; LAMOUNIER, 1994; CASTRO, 2008). Nesse sentido, Castro (2009) destaca que a partir da evolução do debate teórico sobre o tema, bem como da disseminação de novos estudos empíricos, surge a possibilidade de se falar sobre uma teoria de cultura política que vá além da classificação proposta

por Almond e Verba (1965). Em vez de enquadrar as diferentes sociedades em uma tipologia construída a priori, os estudos de cultura política devem servir para que se construa uma compreensão da realidade que considere as diferentes experiências históricas (CASTRO, 2009).

Com base nessa afirmação e com o objetivo de contribuir para explicar o comportamento e as atitudes políticas dos jovens no Brasil, em especial do Sul do país, destacando a influência da internet, faz-se necessário resgatar fatores histórico-estruturais importantes que possibilitem a contextualização de como as crenças e os valores políticos foram construídos.

A primeira constatação a ser feita é de que o processo de democratização do Brasil, a partir da década de 1980, após o fim do regime autoritário, vem apresentando uma incongruência entre uma democracia formal e uma democracia social. Segundo Baquero (2001, p. 99), frequentemente se constata, na bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, “[...] a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país.” Para além disso, não se reestabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Porém o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no Brasil e, também, para o baixo interesse pelos assuntos políticos, para a baixa participação política dos cidadãos e os baixos níveis de capital social e de confiança nas instituições, corroborando com o cinismo, o individualismo, a corrupção, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo.

Alguns autores brasileiros, buscando compreender a evolução do Brasil, apontaram a influência histórica³, marcada pela instabilidade política e econômica, e o autoritarismo vivenciado no país como responsáveis pela falta de uma cultura política democrática (TORRES, 1933; VIANNA, 1952, 1956; AMARAL, 1934; FREYRE, 1986; HOLANDA, 1992). Esses estudos revelam as práticas clientelistas, personalistas, patrimonialistas e corporativistas - que ganharam destaque com o estudo de Faoro (1989) -, que se mantêm até hoje e são consideradas estruturais na cultura brasileira (AMORIM, 2006; MOISÉS, 1995; BAQUERO, 1997).

³ Segundo Baquero (2001, p. 102), de acordo com essas concepções, “[...] a sociabilidade brasileira nasceu influenciada pela pirâmide familiar, tendo como fundamento a organização patriarcal, a fragmentação social, as lutas entre as famílias, as virtudes inativas e a Ética da aventura.” Originalmente o caudilhismo e, posteriormente, o coronelismo, que implicava a existência de lideranças carismáticas, substituíam a racionalidade dos interesses individuais e estabeleciam a matriz sobre a qual a organização social e as fundações da política e do Estado foram delineadas (BAQUERO, 2001).

Com o enfoque na cultura política, estudos sobre o Brasil têm proliferado nas últimas décadas (BAQUERO, 2001, 2011; MOISÉS, 1995, 2008, 2010, 2013). Por exemplo, segundo Moisés (1995, p. 105), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, dotado de forte capacidade de continuidade, “[...] combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes ‘estadistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado.”⁴ Para Moisés (1995), essas tradições da cultura política são bem conhecidas: clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e anti-institucionalismo.

No contexto do Sul do país, alguns trabalhos abordaram os padrões de participação política (BAQUERO, 2003), o papel do Estado na construção da democracia brasileira (BAQUERO; CASTRO, 1996), os jovens e a socialização política (BAQUERO, 1997; ROBALLO, 2011; NAZZARI, 2006), e as experiências no Orçamento Participativo de Porto Alegre (GONZÁLEZ, 2001; FEDOZZI, 2009; BAQUERO *et al.*, 2005; RIBEIRO; BORBA, 2011). No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, conforme Baquero (2007), apesar de ser considerada pelos gaúchos uma sociedade politizada em relação ao resto do Brasil, os dados sugerem que persistem valores culturais e determinadas práticas políticas cotidianas que não favorecem a construção de uma cultura política democrática e participativa. As perspectivas desses autores conjugadas à história do país mostram que a cultura política do brasileiro, do gaúcho, do catarinense e do paranaense é fortemente marcada pelo baixo interesse dos cidadãos na política, pela apatia, pela pouca participação política e pelo alto grau de desconfiança nas instituições políticas e nas pessoas. Essa incongruência embora não apresente sérios riscos à curto prazo para a democracia, pode comprometer a sua qualidade.

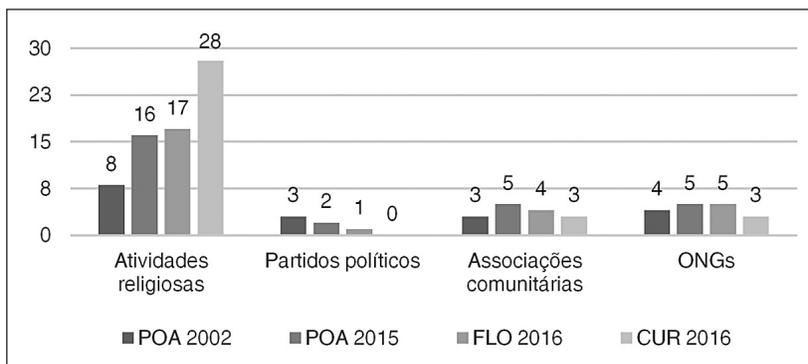
Nesse sentido, pode-se dizer que a experiência política brasileira tem-se caracterizado pela predominância de formas autoritárias de governo, gerando uma restrição às possibilidades de uma participação política mais efetiva. O impacto do autoritarismo não permitiu que se desenvolvesse um cenário no qual a ingerência da sociedade civil no Estado fosse significativa. Após 1974, com o processo de abertura política, o país atravessaria fases com amplas mani-

⁴ Ainda nesse sentido, os autores Souza e Lamonier (1994, p. 64) por apontarem que a cultura política é derivada do funcionamento do sistema político, consideram a cultura política brasileira “patrimonial”. Nesse contexto, o Brasil é fortemente marcado por uma cultura política de subordinação popular que vem do período colonial, da economia agrícola, baseada na monocultura e no trabalho escravo.

festações de massa, dentre elas a marcha pelas diretas, em 1984; as manifestações pelo *impeachment* do presidente Collor; a CPI dos anões, e as várias CPIs que se têm instalado ao longo do tempo. Mobilizações semelhantes aparecem nos últimos cinco anos, tendo seu ápice em julho de 2013, com protestos em todo o país que obrigaram o governo a dar respostas às demandas dos jovens. Esses acontecimentos, entretanto, que em outras circunstâncias se constituiriam em matrizes capazes de catalisar modalidades de participação mais duradouras e objetivas, acabam sendo relegados a um plano secundário, pois a ênfase dos gestores públicos radica na estabilização da economia e não no desenvolvimento de uma cultura política cidadã que privilegie o envolvimento político da população.

A reduzida participação dos jovens na política fica evidente quando se examinam os dados de pesquisas tipo survey realizadas pelo NUPESAL, no período de 2002 a 2016. Os dados indicam que a participação política dos jovens é mínima quando comparada com atividades de natureza religiosa ou de recreação. Os dados do Gráfico 1 indicam que os instrumentos necessários para a construção de uma cultura política democrática, com base na participação da juventude na política, estão ausentes ou funcionam de maneira precária.

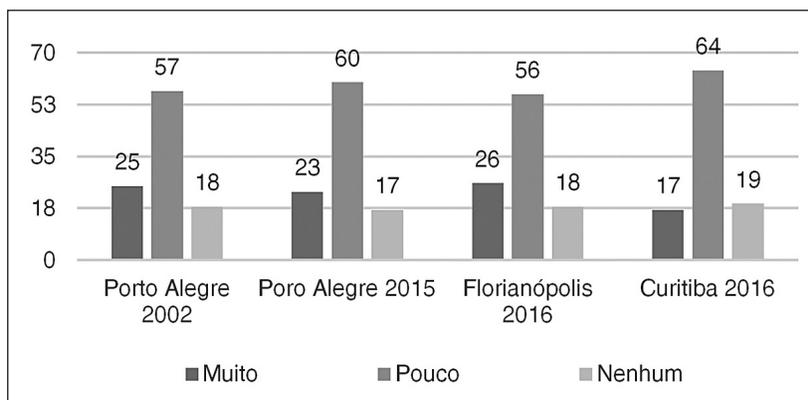
Gráfico 1 – Participação de jovens em atividades sociais e políticas (2002-2016)



n POA 2002 = 500; n POA 2015 = 690; n Flor = 571; n CUR = 774

Fonte: NUPESAL (2002, 2015-2016).

Da mesma forma, não é surpresa constatar que o nível de interesse por política também é reduzido, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Interesse por política (%)

n POA 2002 = 500; n POA 2015= 672; n FLO 2016= 556; n CUR 2016= 736

Fonte: NUPESAL (2002, 2015-2016).

Os dados do Gráfico 2 indicam que o interesse pela política entre os jovens continua baixo (25% em Porto Alegre 2002, 23% em Porto Alegre 2015, 26% em Florianópolis 2016 e 17% em Curitiba 2016). Apesar de percebermos um aumento no pouco interesse em Porto Alegre 2015 (60%) e Curitiba 2016 (64%), isso não se caracteriza como uma mudança na cultura política juvenil, visto que os dados relativos a nenhum interesse em assuntos políticos são similares entre 2002 (18%) e 2015-2016 (17% Porto Alegre, 18% Florianópolis e 19% Curitiba). Os jovens continuam apáticos em relação aos assuntos políticos, 60% possui pouco interesse.

Quando os jovens não demonstram interesse por assuntos políticos e não se sentem estimulados a participar de atividades políticas, a construção de uma cultura política de caráter assertivo é difícil.

Essa situação, para O'Donnell (1993) e Avritzer (2002), sugere que a construção de uma cultura política, seja ela responsiva ou não, depende dos hábitos instaurados na sociedade, sobretudo os que perduram por longo tempo. Os dados acima examinados sugerem que o hábito de participação política da população brasileira em instâncias políticas convencionais (partidos) é mínima e está longe de ser a base sobre a qual se constitui uma cultura política cívica. A principal diferença entre adultos e jovens radica em questões de iniciativas esportivas e de cultura. Chama a atenção o fato de haver pouca orientação, por parte dos jovens, para ações de natureza pós-materialista (INGLEHART, 1977) como é a questão do meio ambiente. Em síntese, os dados do gráfico examinado

sugerem que os padrões de participação política dos jovens, nos últimos anos, em pouco diferem dos hábitos participativos dos adultos.

Tais resultados nos levam a pensar que constituir uma nova cultura política com eficácia política baseada no protagonismo juvenil não parece ser uma tendência para o futuro. Se esta afirmação é plausível, a pergunta que surge é: até que ponto os meios de comunicação e, principalmente, as novas tecnologias como a internet e a formação de redes sociais estão influenciando novos padrões de engajamento político dos jovens?

Os novos meios de comunicação passaram a ocupar papel central nos debates sobre a construção da democracia no Brasil e o papel dos jovens nesse processo, principalmente levando em conta que as instituições tradicionais e formais de mediação política não têm constituído um instrumento de canalização, de mobilização e de participação política. Na próxima seção examinamos como a internet está impactando os jovens em comparação com a população como um todo.

Os efeitos dos meios de comunicação

Os meios de comunicação de massa possuem um importante papel na difusão de informações, pois mesmo tendo como função social informar e orientar à crítica, “[...] muitas vezes, a cultura midiática divulga determinado fato, mas, no entanto, direciona o enfoque segundo interesses particulares [...]” (CRUZ, 2006, p. 78). Os estudos na área indicam que a política e a mídia estão cada vez mais entrelaçadas, visto que os meios de comunicação agenciam e potencializam os conteúdos culturais vigentes na sociedade. Esse entrelaçamento é sempre reforçado, pois o acesso às informações políticas é feito através das mídias (BEZERRA, 2007; LIMA, 2004; MATOS, 2009; MIGUEL, 1998; OLIVEIRA, 1999; REBELLO, 1996; RUBIM, 1994; SILVESTRIN, 2000; WOLF, 1995). Desde que os meios de comunicação assumiram esse papel de instituição política, os processos políticos não se efetivam sem eles.

Essa interação entre a comunicação e a política ficou evidente, nas duas últimas décadas, com o surgimento das novas tecnologias. Assim, a mídia vem produzindo impacto significativo no discurso político, nas atitudes e no comportamento político dos jovens, alterando sua percepção sobre a realidade política. Nesse contexto, a mídia eletrônica, especialmente a internet, passa a configurar, na virada do século, o segundo meio mais preferido dos brasileiros⁵.

⁵ Segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (BRASIL, 2014, p.7), “o meio de comunicação preferido pelos brasileiros é a TV (76,4%), seguido pela internet (13,1%), pelo rádio (7,9%), pelos jornais impressos (1,5%) e pelas

Conforme Sangirardi (2013), a erosão de fronteiras entre gêneros informativos e de entretenimento permeou a política com novos enquadramentos, apresentando-a de maneira mais informal que o formato tradicional do jornalismo, com isso, estas manifestações alcançariam o público principalmente formado pelos mais jovens.

Os estudos sobre os efeitos dos meios de comunicação na sociedade estão divididos entre a teoria dos efeitos negativos e a teoria da mobilização. A primeira teoria, dos efeitos negativos⁶, trabalha com a perspectiva de que os meios de comunicação interferem de forma negativa no aprendizado dos assuntos públicos, diminuindo a confiança no governo e na participação política. A segunda teoria, relacionada à mobilização⁷, acredita no poder de mobilização política das mídias.

A perspectiva dos efeitos negativos começou com os estudos de efeitos mínimos da mídia na opinião pública na década de 1960, mas foi ganhando força pós-Vietnã e pós-Watergate e que segundo Norris (2000), impactou no crescimento da alienação dos cidadãos. Mas foi a partir de 1990, que essa perspectiva se ampliou, com as críticas aos meios de comunicação.

Essa alienação, fruto do questionamento das instituições políticas representativas, poderia ser superada com uma nova abordagem da mídia, embora esse não seja seu papel (PATTERSON, 1998). Sabemos que a mídia deveria se restringir a informar e não a formar a opinião pública, porém vemos como inevitável uma ampliação das funções da mídia para além de informar, como, por exemplo, vigiar o poder público e a condução da agenda pública.

No que diz respeito à internet, vários estudos têm apontado os efeitos negativos nos padrões de consumo de informação⁸. Este tipo de nova tecnologia estaria provocando mudanças políticas nos países democráticos, principalmente em relação às campanhas políticas e captação de recursos. Acima de tudo, as novas mídias, para Plattner (2012), estariam afetando a maneira como a opinião pública é formada e transmitida. Por isso, a internet, atualmente, vem se constituindo num tema controverso pelos efeitos que teria em relação ao declínio do capital social. Nesse sentido, Putnam (2002) já enfatizava que, em relação à internet, os americanos estão tecnologicamente avançados

revistas (0,3%) – outras respostas somam 0,8%”.

⁶ Alguns autores dessa posição são: Patterson (1998, 2000), Mervin (1998), Negrine (1996), Cappella e Jamieson (1997) e Putnam (1995).

⁷ Alguns autores dessa posição são: Norris et al. (1999), Newton (1999) e Matos (2007).

⁸ Alguns autores que trabalham com o impacto da internet no capital social: Recuero (2009; 2012), Primo (2013) e Norris (2001).

ao mesmo tempo em que estão socialmente mais isolados. É, preciso, entretanto, relativizar a influência da internet para não considerá-la como sendo socialmente desmotivadora. Putnam lembra que quando 10% dos americanos tinham acesso à internet, em 1996, o baixo vínculo social e nível de engajamento cívico na América já existia há 25 anos. Por esse motivo, ressalta que não é possível afirmar que as relações sociais simplesmente se deslocaram do espaço físico para o virtual. Nesse sentido, “[...] a internet poderia fazer parte da solução do problema cívico ou ainda exacerbá-lo, mas a revolução cibernética não o provocou.” (PUTNAM, 2002, p. 97).

Como alternativa a estas perspectivas negativas em relação ao consumo dos meios de comunicação, em especial a internet, a teoria da mobilização identifica os efeitos positivos e negativos de cada mídia, para que seja possível fazer uma análise mais aprofundada dos seus efeitos (NORRIS, 2000). Para Norris, apesar das grandes mudanças na indústria das notícias, não existe uma clareza de que isso tenha deteriorado a cobertura política e causado efeitos negativos na população.

O que fica claro é que as duas teorias, tanto a de efeitos negativos quanto a de mobilização, não podem ser mutuamente excludentes. É, necessário relativizar os efeitos dos meios de comunicação, pois é perceptível que os conteúdos veiculados podem ocasionar tanto efeitos negativos quanto positivos. O contexto histórico, social e político, além da cultura política de cada país ou região necessitam ser avaliados, bem como fatores relacionados a idade, sexo, religião, renda e escolaridade. Não se pode negar o papel de informar que os meios de comunicação possuem, constituindo-se um aspecto positivo, visto que o advento tecnológico permite ao cidadão informar-se sobre os acontecimentos em todos os níveis, 24 horas por dia, seja via TV ou acessando a internet.

Internet, redes sociais e jovens

O que está claro no mundo contemporâneo é que, tanto a televisão quanto a internet desempenham papel fundamental na disseminação de informações e na decodificação dessas no processo de estruturação de novas identidades coletivas de natureza virtual por meio da formação de redes sociais. Assim, pode-se verificar como a internet e seus usos podem promover a identidade cultural dos jovens, contribuindo para o processo de construção de valores sociais.

A internet como meio de comunicação e de compartilhamento de informações, por meio de redes sociais (*Orkut, Facebook, Google+, Twitter, Youtube, MySpace, WhatsApp*), é um espaço em que a informação se propaga rapida-

mente. Por isso torna-se um desafio constante para os cientistas sociais prever a influência e o alcance de qualquer informação colocada nestas redes, pois a sua veiculação está vulnerável ao interesse de acesso dos usuários. Para isso basta possuir um perfil que o identifique dentro da rede. Pois, estando nas redes pode comunicar-se, publicar informações e informar-se sobre qualquer conteúdo que esteja ali operacionalizado, principalmente, conteúdos relacionados à política dentro dessas redes sociais.

As relações experimentadas dentro dessas redes caracterizam outra forma de sociabilidade, pois possuem características específicas proporcionadas pelo mundo virtual. Dessa forma, ampliam-se os vínculos sociais e criam-se as condições para uma disseminação de “comunicação de massa com a penetração da comunicação pessoal” (CASTELLS, 2010, p. 446). Para Thompson e Hickey (2005) as novas tecnologias agem de forma diferente dos outros meios de socialização terciários – televisão e outros agentes de mídia, como rádio, jornais e etc. –, isto porque as novas tecnologias não favorecem somente a transmissão de informações, mas também isolam o indivíduo.

É nesse contexto que as redes sociais têm se constituído num dos meios mais populares de compartilhamento de informações, de relacionamentos pessoais e a base sobre a qual novas identidades coletivas anônimas são formadas. Conforme Machado e Tijiboy (2005), esses *softwares* sociais são os programas que funcionam como mediadores sociais, que por sua vez favorecem a criação de redes de relacionamentos “através de espaços onde o usuário pode juntar pessoas do seu círculo de relacionamentos, conhecer outras que compartilhem os mesmos interesses e discutir temas variados, construindo diferentes elos entre os ‘eus’ privado e público”.

Essas redes sociais se caracterizam por serem comunidades interpessoais, ou seja, não objetivam relacionar os tipos específicos de interesses dos usuários por questões políticas. Elas têm os seus usuários, majoritariamente, “centrados em um padrão ego centrado de relacionamentos” (AGUIAR, 2007, p. 1). De acordo com a autora, os padrões de relacionamento encontrados nessas redes diferem substancialmente dos encontrados nas estruturas de redes sociais fora do mundo virtual. Assim, é esperado que se tenha, dentro do número de contatos, maior proximidade com alguns, resultando vínculos fortes e duradouros, ou apenas vínculos fracos (AGUIAR, 2007).

O estudo de Recuero (2006) busca identificar, nesse contexto de relacionamentos, a formação de capital social entre os usuários de uma rede social, o *Orkut*, desde que estes relacionamentos estejam fundamentados em outros espaços. Nas comunidades do *Orkut* – um dos aplicativos de interação do site –,

a autora identifica que existem laços associativos entre os usuários, sendo que estes não precisam interagir com outros usuários ou comunidades, se assim não o quiserem. Para Recuero (2006), contudo, no *Orkut* os índices de capital social se encontravam pouco solidificados, enquanto que em redes de blogs é possível identificar grupos mais sólidos e densos que proporcionam capital social mais sedimentado.

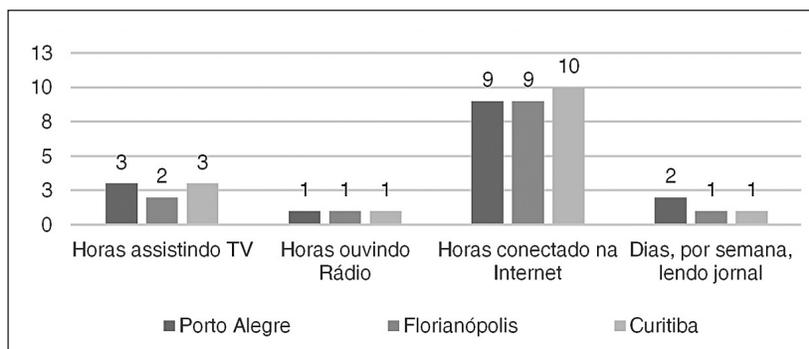
Com relação aos jovens, pesquisas têm-se proposto a investigar como a internet pode vir a se constituir como um agente da socialização política. Yang e Rhee (2010) avaliaram como os novos usos dados à internet têm refletido nos padrões de comunicações familiares. Segundo essa pesquisa, com jovens estudantes da Coreia do Sul, a internet é a fonte de informação de grande parte das conversas familiares com relação à política iniciadas pelos estudantes em casa. Contudo os autores identificam que os tipos de relações de comunicação estabelecidas no cotidiano das famílias possuem um efeito maior sobre a intensidade das conversas familiares sobre política, do que o efeito isolado do acesso à internet pelos jovens.

No caso brasileiro, é perceptível que os jovens brasileiros consideram cada vez menos os partidos como uma opção para o engajamento político. Nessas circunstâncias, o uso da internet como meio de mobilização, poderia possibilitar que as redes sociais se constituam em espaços mais estimulantes para promover o engajamento político dos jovens. Este uso das novas tecnologias para finalidades sociais e políticas por parte da juventude é bastante semelhante ao uso das velhas tecnologias por outras gerações (HERRING, 2008). Por isso, para compreender essa chamada “geração digital” não é suficiente considerar o uso das novas tecnologias e a construção de identidades através das redes sociais, mas sim à luz das mudanças, como, por exemplo, a economia política da cultura juvenil, as políticas sociais e culturais, as práticas para regular a vida dos jovens e as suas realidades (BUCKHINGHAM, 2008).

Neste sentido, há um campo aberto para realização de estudos que possam captar a amplitude e as sutilezas das distintas formas e do conteúdo de participação e dos engajamentos juvenis. As redes sociais da internet e o denominado cyberativismo são novas e pouco exploradas fronteiras para o desenvolvimento de estudos que possam captar os sentidos da participação juvenil contemporânea (CARRANO, 2012).

É importante ressaltar que os jovens passam mais horas por dia conectados na internet, conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tempo de uso dos meios de comunicação



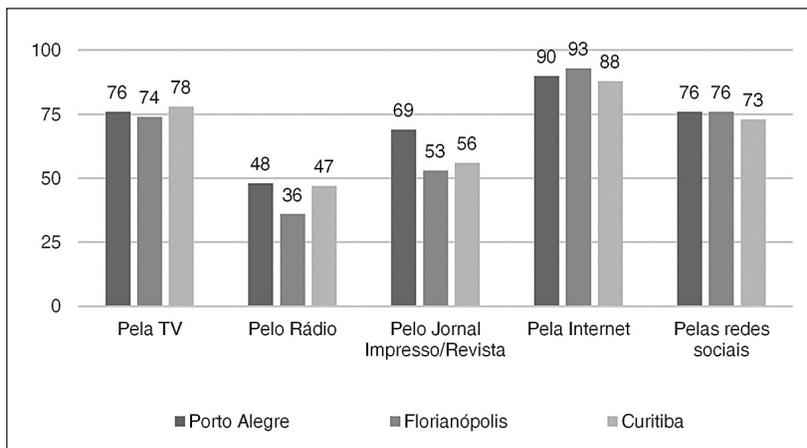
n POA = 626 ; n FLO = 542 ; n CUR = 708

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os jovens passam em média 9 horas do dia conectados na internet (9h Porto Alegre, 9h Florianópolis e 10h Curitiba). Isso deflagra o quanto a internet está inserida no cotidiano desse público, ultrapassando o uso dos demais meios de comunicação e impulsionando o jovem a imergir em um mundo virtual com diferentes e diversas possibilidades de interação, diversão e informação. Depois da internet, a TV é o meio que os jovens ficam mais tempo, com média de 3h por dia (3h Porto Alegre, 2h Florianópolis e 3h Curitiba), o que acaba mantendo determinados padrões de comportamento ao longo do tempo. É essa interação que precisa ser melhor compreendida, pois cruzam-se informações convencionais que obedecem a uma lógica estabelecida e normas e valores tradicionais disseminados pela televisão com novos valores e normas decorrentes de novas formas de sociabilidade e constituição de identidades coletivas propiciadas pela internet.

No Gráfico 4, apresentamos o comportamento dos jovens em relação à busca de informações políticas nos meios de comunicação.

Gráfico 4 – Informa-se sempre ou às vezes para saber mais sobre assuntos políticos (%)



n POA = 645 ; n FLO = 551 ; n CUR = 747

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os jovens das três capitais do Sul do país entrevistados informam-se em média 90% pela internet quando querem saber mais sobre assuntos políticos (90% em Porto Alegre, 93% em Florianópolis e 88% em Curitiba), 76% pela TV (76% em Porto Alegre, 74% em Florianópolis e 78% em Curitiba), 75% pelas redes sociais (76% em Porto Alegre, 76% em Florianópolis e 73% em Curitiba), 59% pelo jornal impresso/revista (69% em Porto Alegre, 53% em Florianópolis e 56% em Curitiba) e 44% pelo rádio (48% em Porto Alegre, 36% em Florianópolis e 47% em Curitiba).

Esse gráfico demonstra o quanto os jovens se informam pela internet, considerando-a como fonte de informação antes dos demais meios de comunicação. Isto é resultado da imersão diária e da quantidade de tempo que os jovens passam na internet, além da sua facilidade em usar as ferramentas disponíveis (nativos digitais). Além disso, a TV também tem significativa influência sobre os jovens, bem como as redes sociais. Na Tabela 1 percebe-se mais claramente o papel da internet como um novo agente socializador dos jovens.

Tabela 1 – Na hora de formar uma opinião sobre assuntos políticos, qual é a primeira e a segunda instituição mais importante (%)

	Porto Alegre		Florianópolis		Curitiba	
	1º lugar	2º lugar	1º lugar	2º lugar	1º lugar	2º lugar
Família	39	15	44	16	38	14
Igreja	3	5	2	5	3	8
Escola	18	16	18	20	18	17
Amizades	4	13	3	11	2	7
Televisão	7	10	6	12	13	16
Rádio	0	3	0	3	2	4
Jornal impresso/Revista	8	13	5	8	8	10
Internet/Redes sociais	22	25	22	26	17	23

n POA = 586 ; n FLO = 514 ; n CUR = 718

Fonte: NUPESAL (2015-2016).

Os dados da Tabela 1 indicam que a família permanece como primeira agente socializadora dos jovens das três capitais do Sul do Brasil, inclusive nos assuntos políticos. Porém a internet e as redes sociais deslocaram a escola, que era a segunda agência, para o terceiro lugar, passando também os grupos de pares e os demais meios de comunicação. Esses dados vão ao encontro do que Paletz, Owen e Cook (2012) argumentam, que a internet é uma agente socializadora pelo fato de ser uma fonte de informação dos jovens e de proporcionar a formação de opiniões públicas. Isso não é novidade para os estudos de socialização, visto que os meios de comunicação já eram considerados como agente socializador dos jovens, mas segundo Schmidt (2001), a novidade reside no fato de que um desses meios, no caso a internet, tem ganhado grande destaque, ultrapassando a escola e o grupo de pares em alguns contextos.

O uso da internet como fonte de informações e formadora de opiniões sobre assuntos políticos pode ser um marco de mudança do tipo de valores internalizados pelos jovens, ou seja, de mudança da cultura política institucionalizada no Brasil e no Sul do país, visto que a internet pode ser utilizada como um contraponto às opiniões emitidas pelos demais agentes socializadores, dando aos jovens oportunidades de construção de um novo mundo, conforme afirma Turkle (1997).

Considerações finais

O impacto das novas tecnologias de mídia (internet) se constitui num dos mais discutidos temas no campo das ciências sociais atualmente. No entanto, pouco ainda se sabe conclusivamente sobre seu impacto na reestruturação de normas e hábitos da população, principalmente dos jovens. Não há dúvida quanto ao acesso quantitativo a esta ferramenta por parte dos jovens, no entanto, é cedo para afirmar se tal dispositivo propiciará as bases para a constituição de uma cidadania juvenil mais participativa e efetiva na construção de uma nova cultura política. Neste trabalho apontamos dois fatores que ao nosso ver se constituem em constrangimentos do desenvolvimento democrático contemporâneo no Brasil, a despeito da disponibilidade de novas tecnologias de mídia, principalmente a internet. O primeiro refere-se à influência de legados histórico-estruturais que mantêm inalterados padrões atitudinais e comportamentais que, num passado recente, foram danosos para o fortalecimento democrático no país e que ficou demonstrado nos dados sobre participação; o segundo fator diz respeito aos efeitos negativos que o mau uso de novas tecnologias de mídia podem provocar para o desenvolvimento de uma cultura política participativa.

Esses alertas escancaram a necessidade de se empreender mais pesquisas sobre a forma como os jovens internalizam normas e valores no mundo contemporâneo e qual será o potencial efeito no futuro, no sentido de solidificarem a eficácia política. Assim, torna-se oportuno estimular pesquisas e estudos sobre a socialização política dos jovens como um processo contínuo que se alastra durante toda sua vida (SIGEL, 1970). Nessa perspectiva, a socialização política precisa ser pesquisada tanto do ponto de vista da juventude quanto da vida adulta para poder avaliar a magnitude de mudanças nas atitudes e comportamentos em relação à política.

Esforços nessa direção proporcionariam subsídios teórico-práticos para superar os obstáculos que limitam a estabilidade e legitimidade democrática no país. Para Nazzari (2006), por exemplo, a relação que a pessoa estabelece com a democracia, e assim, com sua participação política, é um reflexo da socialização imposta pela sociedade e os quesitos que a compõem.

THE INTERNET AND THE (DES) POLITIZATION OF YOUNG BRAZILIANS

ABSTRACT: *Similar to what is happening in the world, Brazil is becoming an information society, where almost half of the population is connected to the Internet. This data produces*

debates about the impact of the internet as an agency of political socialization. On the one hand it is suggested that there is a process of structuring a more politicized and assertive political culture and, on the other hand, its impact tends to be more negative, since it would be producing intolerance and political dogmatism among young people. The purpose of this paper is to analyze whether the use of the Internet and its social networks are affecting attitudes and political behaviors of the young people and what kind of political culture has been constituted. The data used to test the hypothesis come from quantitative surveys conducted by NUPESAL/UFRGS in three Brazilian cities (Porto Alegre, Florianópolis and Curitiba) in 2015 and 2016, with 2035 young citizens 13 to 24 years-old.

KEYWORDS: *Young. Internet. Political socialization. Political culture.*

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. Redes sociais na internet: desafios à pesquisa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007, Santos. **Anais** [...]. Santos: Intercom, 2007. p.1-15.

ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture:** political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1965.

AMARAL, A. **O Brasil na crise atual.** São Paulo: Nacional, 1934.

AMORIM, M. S. S. de. **Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná.** 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

AVRITZER, L. **Democracy and public space in Latin America.** Princeton: Princeton University Press, 2002.

BAQUERO, M. Padrões de constituição da cultura política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, M. (org.). **Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2011. p. 25-15.

BAQUERO, M. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). **Revista Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 231-259, 2007.

BAQUERO, M. Formas alternativas de participação política ou naturalização normativa? cultura política e capital social no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 5, p. 165-186, 2004.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.21, p. 83-108, 2003.

BAQUERO, M. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BAQUERO, M. **Democracia, cultura e comportamento eleitoral**: uma análise da situação brasileira. 2000. Trabalho apresentado ao Seminário: Democracia: Teoria e Prática, Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2000.

BAQUERO, M. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.

BAQUERO, C. M. J.; BAQUERO, R. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 4, p. 19-25, 2012.

BAQUERO, M.; CASTRO, H. A erosão das bases democráticas: um estudo de cultura política. *In*: BAQUERO, M (org.). **Partidos, democracia e cultura política**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996. p.11-39.

BAQUERO, C. M. J.; MORAIS, J. A. Inertial democracy, political parties and political culture in Latin America. *In*: WORLD CONGRESS OF POLITICAL SCIENCE, 23., 2014, Montreal. **Anais [...]**. Montreal: [s.n.], 2014. p. 1- 27.

BAQUERO, M. *et al.* Bases de um novo contrato social? impostos e orçamento participativo em Porto Alegre. **Revista Opinião Pública**, Campinas, v.XI, n. 1, p. 94-127, 2005.

BEZERRA, H. **Mídia e política**. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. **Pesquisa brasileira de mídia 2014**: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/download/PesquisaBrasileiradeMidia2014.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2014.

BRIM, O. G. Jr. Socialization through the life cycle. *In*: BRIM, O. G. Jr.; WHEELER, S. **Socialization after childhood**. New York: Wiley, 1966. p. 01-49.

BROWN, A.; GRAY, J. (org.). **Political culture and political change in communist states**. New York: Holmes & Meier, 1979.

BUCKINGHAM, D. **Youth, identity, and digital media**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2008. (The John D. and Catherine T. MacArthur Foundation Series on Digital Media and Learning).

BURBANO DE LARA, F. **Democracia, gobernabilidad y cultura política**. Equador: Flacso, 2002.

CAPPELLA, J. N.; JAMIESON, K. H. **Spiral of cynicism: the press and the public good**. New York: Oxford University Press, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

CASTRO, L. R. de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

CARRANO, P. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **Revista O Social em Questão**, ano XV, n. 27, p. 83-100, 2012.

CRUZ, F. **A cultura da mídia no Rio Grande do Sul: o caso MST e jornal do almoço**. Pelotas: Educat, 2006.

DALTON, R; WELZEL, C. Introduction. *In*: DALTON, R.; WELZEL, C. (org.). **The civic culture transformed**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a. p.I-IV.

DALTON, R.; WELZEL, C. Political culture and value change. *In*: DALTON, R.; WELZEL, C. (org.). **The civic culture transformed**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b. p.1-16.

DAWSON, R. E.; PREWITT, K; DAWSON, K. S. **Political socialization: an analytic study**. Boston: Little, Brown, 1977.

DEWEY, J. **Democracy and education: an introduction to the philosophy of education**. New York: Macmillan, 1916. Disponível em: http://iwcenglish1.typepad.com/Documents/dewey_democracy_and_education.pdf. Acesso em: 10 dez. 2014.

EASTON, D.; DENNIS, J. **Children in the political system: origins of political legitimacy**. New York: McGraw-Hill, 1970.

FAORO, R. **Os donos do poder**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

FEDOZZI, L. Cultura política e orçamento participativo. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 11, n.22, p.385-41, 2009.

- FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- GONZÁLEZ, R. Capital social, ação coletiva e orçamento participativo. *In*: BAQUERO, M. (org.). **Reinventando a sociedade na América Latina**: cultura política, gênero, exclusão e capital social. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. p. 150-172.
- GRAEBER, D. **The democracy project**: a history, a crisis, a movement. New York: Spiegel and Grau, 2013.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio: José Olympio, 1992.
- HERRING, S. Questioning the generational divide: technological exoticism and adult constructions of online youth identity. *In*: BUCKINGHAM, D. (ed.). **Identity**. Cambridge: The MIT Press, 2008. p. 71-92. (MacArthur Series on Digital Media and Learning).
- HYMAN, H. **Political socialization**: a study of the psychology of political behavior. New York: Free Press, 1959.
- KRASTEV, I. From politics to protest. **Journal of Democracy**. [S.L.], v. 25, n. 4, p. 5-19, 2014.
- INGLEHART, R. **The silent revolution**: changing values and political styles among western publics. New Jersey: Princeton University Press, 1977.
- LATINOBAROMETRO. **Latinobarometro Data Base**. Santiago: Latinobarometro, 2010. Disponível em: <http://www.latinobarometro.org/latOnline.jsp>. Acesso em: 05 out. 2014.
- LIMA, V. A. de. **Mídia**: teoria e política. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- LIPSET, S. M. The social requisites of democracy revisited: 1993 presidential address. **American Sociological Review**, [S.L.], v. 59, n. 1, p. 1-22, 1994.
- MACHADO, J. R.; TIJIBOY, A. V. Redes sociais virtuais: um espaço para efetivação da aprendizagem cooperativa. **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p.01-09, 2005.
- MATOS, H. **Capital social e comunicação**: interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009.
- MATOS, H. Capital social, internet e TV: controvérsias. **Organicom**, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 24-35, 2007.

MERVIN, D. The news media and De-mocracy in the United States. *In*: RANDALL, V. (org.). **Democratization and the media**. London: Frank Cass, 1998. p.6-22.

MIGUEL, L. F. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 à 1998. **Comunicação Política**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 119-137, 1998.

MOISÉS, J. A. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. *In*: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013. p.27-50.

MOISÉS, J. A. **Democracia e Confiança**: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p.11-43, 2008.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: bases socio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

NAZZARI, R. K. **Juventude Brasileira**: capital Social, cultura política e socialização política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NEGRINE, R. **The communication of politics**. London: Sage, 1996.

NEWTON, K. Mass media effects: mobilization or media malaise? **British Journal of Political Science**, [S.L.], v. 29, n. 4, p. 577-599, 1999.

NORRIS, P. **Digital divide**: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NORRIS, P. **A virtuous circle**: political communications in post-industrial democracies. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

NORRIS, P. *et al.* **On message**: communicating the campaign. London: Sage, 1999.

NUPELAL. **Democracia, mídias e capital social**: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil (Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba). Porto Alegre: NUPELAL, 2015-2016. Banco de dados.

NUPELAL. **Pesquisa com jovens em Porto Alegre**. Porto Alegre: NUPELAL, 2002. Banco de dados.

O'DONNELL, G. On the state, democratization and some conceptual problems: Latin America view with glances at some post-communist countries. **World Development**, [S.l.], v. 21, n. 8, p.1355-1369, 1993.

OLIVEIRA, L. A. **A disputa política na televisão**: uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

PALETZ, D.; OWEN, D.; COOK, T. **21st century american government and politics**: v.1.0. [S.l.: s.n.], 2012. Disponível em: <http://2012books.lardbucket.org/pdfs/21st-century-american-government-and-politics.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2016.

PATEMAN, C. The civic culture: a philosophic critique. *In*: ALMOD, G.; VERBA, S. (org.). **The civic culture revisited**. California: Sage, 1989. p. 57-102.

PATTERSON, T. E. **The mass media election**: how americans choose their president. New York: Praeger, 2000.

PATTERSON, T. E. Time and news: the media's limitations as an instrument of democracy. **International Political Science Review**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 55-67, 1998.

PLATTNER, M. Media and democracy: the long view. **Journal of Democracy**. [S.l.], v. 23, n. 4, p.62-73, Oct. 2012.

PRIMO, A. **Interações em rede**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PUTNAM, R. **Solo en la bolera**: colapso y surgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galáxia Gutemberg, 2002.

PUTNAM, R. Tuning in, tuning out: the strange disappearance of social capital in America. **Political Science and Politics**, [S.l.], v. 28, n. 4, p. 1-20, 1995.

RESNICK, D.; CASALE, D. Young populations in young democracies: generational voting behavior in sub-Saharan Africa. **Democratization**, [S.l.], v. 21, p. 1172-1194, 2013.

REBELLO, M. M. C. **Campanhas eleitorais em foco**: a construção das imagens. 1996. Dissertação (Mestrado em Multimeios) - Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

RECUERO, R. **A conversa em rede**: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. Porto Alegre: Sulina, 2012.

RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RECUERO, R. Dinâmicas de redes sociais no *Orkut* e capital social. **Razón y Palabra**, Equador, v. 52, p.1-15, 2006.

RIBEIRO, E.; BORBA; J. As dimensões da participação política no Brasil. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 11-36, 2011.

ROBALLO, J. H. **Cultura política, socialização política e internet**: um estudo de caso com os estudantes de ensino médio de Rio Pardo/RS. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RUBIM, A. C. Mídia e política: transmissão de poder. In: MATOS, H. (org.). **Mídia, eleições e democracia**. São Paulo, Scritta, 1994. p.31-52.

SANGIRARDI, P. **Comunicação política digital e comportamento eleitoral**: considerações sobre a hipótese de revalidação da teoria dos efeitos limitados. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIBERCULTURA, 7., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: ABCiber, 2013. p. 1-14.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e política no Brasil**: a socialização política nos jovens na virada do milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SCHMIDT, E.; COHEN, J. **The new digital age**: reshaping the future of people, nations and business. New York: Alfred A. Knopf, 2013.

SIGEL, R. Assumptions about learning political values. *In*: GREENBERG, E. S. (org.). **Political socialization**. New York: Atherton Press, 1970. p. 19-23.

SILVESTRIN, C. B. **Gênero, política e eleições**. 2000. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SOUZA, A. de.; LAMOUNIER, B. **As elites brasileiras e a modernização do setor público**. São Paulo: IDESP, 1990.

THOMPSON, W. E.; HICKEY, J. V. **Society in focus**: an introduction to sociology. New York: Allyn & Bacon, 2005.

TORRES, A. **O problema nacional brasileiro**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933.

TURKLE, S. **A vida no Ecrã**: a identidade na era da internet. Lisboa: Relógio d'Água, 1997.

TURNER, F. Reassessing political culture. *In*: SMITH, P. (org.). **Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis**. Boulder: Westview Press, 1995. p. 209-229.

VIANNA, F. J. de O. **Evolução do povo brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

VIANNA, F. J. de O. **Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.

WOLF, M. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 1995.

YANG, J.; RHEE, J. **The internet as an agent of political socialization: the relationship between internet news use, political socialization, family discussion, and family communication pattern**. *In*: ANNUAL MEETING OF THE INTERNATIONAL COMMUNICATION ASSOCIATION, 2010, Singapura, **Anais [...]**. Singapura: Suntec Singapura Internacional Conction & Exhibition Centre, Suntec City, 2010. Disponível em: http://citation.allacademic.com/meta/p405195_index.html. Acesso em: 6 maio 2014.

Recebido em 27 de junho de 2018

Aprovado em 10 de outubro de 2018